



RELATÓRIO E CONTAS 2022

ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais

APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL

EPTOLIVA - Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, 10 de março de
2023

INDICE

	N.º Pág.
1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2022	3
2 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS CONSTANTES DO PLANO DE ATIVIDADES	6
2.1 - AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS	7
2.2- QUADRO REGULAMENTAR E MODELO DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS	10
2.3 - OTIMIZAÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE	12
2.4- CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS	15
2.5 - VIDA ASSOCIATIVA, ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E MELHORIA DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS	17
2.6 - PROJETOS E PARCERIAS	19
2.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
3 – CONTAS DE GERÊNCIA	23
3.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
3.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	24
3.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	25
3.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	26
3.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022	26
3.6 – ANEXO	27

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2022

A apresentação do presente Relatório e Contas decorre do imperativo estatutário que estabelece que cabe à Direção elaborar e apresentar estes documentos às entidades associadas para efeito de análise, discussão e aprovação em Assembleia Geral.

A sua análise permite refletir sobre as ações previstas no Plano de Atividades e Orçamento e o que efectivamente foi concretizado no mesmo horizonte temporal, atentas as condicionantes de saúde pública, sociais, culturais, educacionais e políticas, com as quais fomos confrontados.

O início do ano letivo 2021/2022 evidenciou um certo regresso à normalidade no funcionamento das escolas. No primeiro período (setembro/dezembro 2021) as aulas predominantemente ocorreram de forma presencial, com algumas situações em regime misto. Contudo, em substância, no ano de 2022 voltou a ser possível usufruir de uma vivência mais efetiva nas escolas, acompanhada da redução progressiva dos condicionalismos criados para impedir o progresso da pandemia.

Dentro deste enquadramento, o Plano de Atividades para 2022, tal como os dos dois anos anteriores, previa a realização de iniciativas relacionadas com os 30 anos da abertura das 50 primeiras escolas profissionais e da entrada em funcionamento dos primeiros cursos profissionais, no ano letivo 1989/1990, bem como de atribuição dos primeiros diplomas a alunos diplomados pelas novas escolas (ano de 1992), mas estas e outras realizações, nomeadamente o Congresso do Ensino Profissional, foram muito condicionadas fruto da crise pandémica.

A nível político-institucional, 2022 abriu com a realização de eleições legislativas antecipadas, após a queda do governo minoritário, por força da não aprovação do Orçamento de Estado (OE) para 2022, apresentado pelo Governo. Destas eleições resultou de novo uma expressão de voto maioritária para o Partido Socialista, desta vez com maioria absoluta, o que indicaria uma governação mais estável.

Acresce que o ano de 2022 se revelou muito atribulado nos planos interno e externo, particularmente pelas más notícias que resultaram da invasão da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro a que se seguiu um período de grande instabilidade na economia daí resultando uma espiral de inflação que a todos aflige.

Ainda no plano interno o novo governo só tomou posse dois meses depois das eleições, o que atrasou a apresentação do Programa do Governo e o Orçamento de Estado para 2022 e, em resultado da constituição do novo governo assistimos à saída do anterior Ministro da Educação e à sua substituição pelo então SE Adjunto e da Educação, Doutor João Costa, agora com um único Secretário de Estado ao qual foi cometida a tarefa do acompanhamento da atividade das escolas da rede pública e privada.

No caso da educação, o ano de 2022 terminou debaixo de uma forte onda de contestação, sobretudo por parte dos professores e auxiliares educativos das escolas públicas, em torno de vínculos e carreiras e aumentos salariais.

Uma outra dimensão relevante, com particular impacto em 2022, foi sem dúvida o atraso na operacionalização do período de programação dos fundos comunitários para 2021/2027, o designado Portugal 2030, obrigando a mais um ano de planos de contingência, felizmente sem grande impacto nos pagamentos, no caso do POCH.

Com efeito, uma vez mais, como tinha acontecido em 2019, 2020 e 2021, o concurso do POCH, para o ciclo 2022/2025 apenas cobre o primeiro ano letivo, com antecipação de recursos do Portugal 2030, uma vez que o novo Programa Operacional Demografia, Qualificações e Inclusão só irá funcionar a partir de 2023.

Infelizmente, uma vez mais, as condições excecionais do arranque do ano letivo 2022/2023, deixaram bem evidente a não existência de sistemas de informação e orientação vocacional credíveis que contribuam para escolhas livres, informadas e conscientes dos alunos.

Apesar das dificuldades, importa registar, ainda de forma provisória, que o número de turmas de cursos profissionais constituídas esteve em linha com o de anos anteriores, embora eventualmente com menor número de alunos.

Relativamente às regiões autónomas sublinha-se que, na Madeira (RAM), se continua a registar um significativo desinvestimento nas escolas profissionais privadas, em favor da prioridade dada à escola profissional pública, entretanto criada. No que respeita à Região Autónoma dos Açores (RAA), verificou-se, pelo menos no discurso político, uma efetiva predisposição para apoiar o ensino profissional e promover o saneamento financeiro das escolas profissionais que foram sendo depauperadas ao longo dos tempos, particularmente pelo efeito das penalizações pela perda de alunos, esperando-se os efeitos concretos desta medida.

Significativo foi, sem dúvida, em 2022, o lançamento das primeiras candidaturas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a constituição de Centros Tecnológicos Especializados (CTE), a que tiveram acesso a generalidade das entidades públicas e privadas, promotoras de cursos profissionais, mais de 700 em todo o território do continente. Foi um processo atribulado, com as candidaturas a terminarem em final de agosto, sem que até final do ano tivesse havido decisão sobre projetos aprovados.

Quanto ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), assinado no âmbito da CNEF em 2017, com a FNE e outros sindicatos, que pela primeira vez cobre expressamente os trabalhadores das escolas profissionais privadas, em setembro de 2022 entraram em vigor várias alterações acordadas entre as partes. A grande novidade foi sem dúvida a assinatura de um novo CCT com a FENPROF, com clausulado similar ao do assinado com a FNE, com a particularidade de este só cobrir professores e formadores.

O progresso das negociações com ambas as partes e a correção de desideratos que decorrem nomeadamente do aumento do salário mínimo em percentagem superior à da inflação, só foi possível numa base de sensatez e equilíbrio, uma vez que é de todos conhecido que as tabelas de financiamento de custos unitários não

são revistas há mais de uma década, estando em progressiva erosão e com maior dificuldade em acompanhar o ritmo da inflação que em 2022 atingiu níveis que há muito tempo não eram sentidos.

No que respeita à dinâmica associativa, destacamos a realização do Congresso, no início de novembro na Maia, que permitiu a mais de duas centenas de responsáveis de escolas de todo o país refletir sobre os últimos 33 anos do ensino profissional em Portugal, mas também preparar caminho para os desafios do futuro.

No plano interno, assistiu-se ao funcionamento regular dos órgãos da ANESPO. A Direção passou a reunir por norma na base presencial ou mista e as assembleias gerais ordinárias decorreram de forma presencial. O mesmo aconteceu com a assembleia geral extraordinária realizada para suportar a Direção na assinatura do CCT com a FENPROF.

Também as assembleias regionais passaram a funcionar em ambiente misto, em todas as regiões, cumprindo o desígnio de realizar pelo menos duas por ano em cada região.

Em síntese, num ano em que a epidemia começou a inquietar menos as nossas vidas, mas logo substituída pela guerra, outra calamidade sem fim à vista, num ano em que diferentes turbulências no plano interno se tornaram evidentes, num quadro de grande resiliência, uma vez mais as escolas profissionais continuaram a cumprir a sua missão na promoção da educação e da formação sem, contudo, obterem resposta para os principais problemas como, o subfinanciamento crónico.

Dentro destes constrangimentos, a ANESPO desenvolveu, ao longo do ano, uma intensa atividade, ajustando às condições do momento, com resultados visivelmente positivos, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para apoiar as escolas num contexto global complexo e confuso, do ponto de vista interno.

2 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS CONSTANTES DO PLANO DE ATIVIDADES

No Plano de Atividades para 2022, aprovado em Assembleia Geral realizada em dezembro de 2021, foram identificadas as seis áreas de intervenção específicas e definiu-se dentro delas um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e consolidação da ANESPO e das escolas profissionais.

O início de 2022 foi marcado pela progressiva redução das medidas preventivas associadas à pandemia resultante da Covid-19, permitindo continuar as atividades letivas e a realização da formação em contexto de trabalho nas condições anteriores.

Naturalmente, o Plano de Atividades para 2022 foi desenhado tendo como referência essa dinâmica positiva, salvaguardando eventuais retrocessos, uma vez que a situação continuava complicada e a exigir cautelas.

Dentro deste contexto, elencamos a seguir as atividades programadas nas diversas áreas de intervenção específica, identificando os resultados e refletindo sobre o seu grau de concretização.

2.1 - AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O ano de 2022 trouxe consigo a realização de eleições legislativas no final de janeiro, um novo governo no final de março e um orçamento de estado só aprovado no final de junho.

O novo governo de maioria absoluta do PS trazia a novidade da promoção do anterior SE Adjunto e da Educação, João Costa, passar a Ministro da Educação, sendo a equipa completada por apenas um SE, António Oliveira Leite, ao invés dos anteriores executivos com, pelo menos, duas secretarias de estado.

Esta mudança significativa, permitiu manter um clima relacional favorável, mas, ao mesmo tempo, registar uma maior dificuldade na resolução dos problemas das escolas profissionais, amplamente sinalizados e que tardam a encontrar solução.

No resto, 2022 caracterizou-se pela manutenção do clima relacional favorável com o Governo em geral, bem como com a Assembleia da República, a Presidência da República e as autoridades regionais da Madeira e dos Açores.

Particularmente significativo, foi a realização do Congresso do Ensino Profissional, em 3 e 4 de novembro na Maia, momento de afirmação institucional da ANESPO, envolvendo mais de duas centenas de participantes, contando, na cerimónia de abertura, com uma comunicação gravada do Presidente da República, que pôs especial ênfase na importância do ensino profissional e com a participação em direto, mas a distância, por problemas de última hora, do Ministro da Educação que sublinhou o contributo da ANESPO e das escolas profissionais para o sucesso escolar e o desenvolvimento económico e social do país.

No decurso dos dois dias do VIII Congresso foram abordadas várias temáticas de grande interesse para as escolas profissionais e para os agentes económicos e sociais do país sublinhando-se a qualidade e diversidade das intervenções e a mobilização de pessoas, dirigentes, decisores de empresas e organizações relevantes tendo encerrado o Congresso o Secretário de Estado da Educação, António Leite que se congratulou com a iniciativa e instou a escolas profissionais a prosseguirem a sua atividade educativa e formativa em prol dos jovens e dos adultos menos escolarizados e qualificados.

Na Região Autónoma dos Açores o quadro relacional com o respetivo governo está em linha com o que é habitual, tendo a ANESPO sido convidada para participar em, algumas iniciativas permitindo aproveitar essas oportunidades para sinalizar áreas a melhorar, designadamente as que têm a ver com a rede de oferta e com os aspetos.

A participação nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento foi assegurada de forma regular, sendo de destacar a participação nas reuniões plenárias do CNE, nas reuniões da CS11 – Instituto Português da Qualidade e nas reuniões do Comité de Acompanhamento do POCH, em representação da CNEF.

No que respeita ao CCT, processo que decorre no âmbito da CNEF, foram realizadas várias reuniões regulares de trabalho com a FNE para acordar

alterações a introduzir a partir de setembro de 2022. Em paralelo, uma maratona negocial, permitiu chegar a acordo com a FENPROF para um CCT, respeitante apenas ao corpo docente, similar ao assinado com a FNE.

Quanto à afirmação da ANESPO e das escolas profissionais junto do público em geral, das empresas e dos pais e encarregados de educação, as circunstâncias impuseram a realização de nova edição da campanha de comunicação sob a marca Escolas Profissionais de Portugal que, tendo como objetivo imediato sensibilizar alunos do final do básico para as nossas ofertas, contribuiu também para uma divulgação mais ampla da realidade e do potencial das nossas escolas.

Evidenciamos a seguir as ações previstas no Plano de Atividades e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Audiências com membros do governo a nível nacional e regional; • Audiências com Grupos Parlamentares; <p>Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR) e local (CIM/AM).</p>	60%
<p>b. Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Educação (CNE); • Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP); • Comité de Acompanhamento do POCH; • Comissão Nacional de Formação para o Turismo • Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (CS11). 	80%

c. Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente as associações sindicais e patronais, no sentido de sensibilizar e motivar para a situação das escolas profissionais e os obstáculos ao desenvolvimento dos seus projetos educativos.	100%
d. Organizar o Congresso das Escolas Profissionais como momento de balanço e afirmação do papel insubstituível das EP na qualificação de jovens e na dinamização do tecido económico e social nacional e local.	100%
e. Continuar as negociações com os sindicatos em torno do CCT.	100%
f. Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos PALOP e CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo.	25%
g. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, nomeadamente através de divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais.	100%

2.2- QUADRO REGULAMENTAR E MODELO DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS

No decurso do ano de 2022 foram remetidos memorandos e desenvolvidos contactos com vários membros do governo com responsabilidades na gestão dos fundos e nas alterações aos regulamentos DO PT2030 com vista a sensibilizá-los para a necessidade de melhorar as condições de funcionamento e de financiamento das Escolas Profissionais.

Os resultados concretos, contrariamente ao expectável, não foram visíveis em 2022 porque foi dada prioridade ao fecho do PT2020 e ao PRR, que urgia

implementar, e que previa a criação e financiamento de 365 CTE – Centros Tecnológicos Especializados e uma verba global de 480 milhões de euros, com uma quota previamente estabelecida de 42% deste valor para as Escolas Profissionais.

Ainda em 2022, há que considerar o esforço significativo para que alunos que terminam, com sucesso, os cursos profissionais pudessem matricular-se diretamente nos CTESP, enquanto se manteve o mesmo modelo de provas específicas para ingresso no restante leque de cursos superiores disponíveis.

Outra dimensão, em que houve progresso significativo, prende-se com a consideração da elegibilidade dos apoios sociais aos alunos estrangeiros, nomeadamente oriundos dos PALOP, nas ofertas com financiamento FSE, permitindo assim um quadro mais claro e mais estável na sua relação com a escola e a comunidade.

Infelizmente, não foi possível, neste ano, qualquer progresso relativamente à melhoria das condições de financiamento das escolas profissionais designadamente a reposição dos 5%, do valor das tabelas de custos unitários, o desagravamento das penalizações pela perda de alunos, o incremento do financiamento quando aprovadas turmas com duas saídas profissionais, esperando-se que algo de positivo aconteça na vigência do PT 2030.

Tendo em conta os objetivos definidos no Plano de Atividades de 2022, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Acompanhar a implementação do quadro regulamentar e dos mecanismos de financiamento das ofertas formativas das escolas profissionais reclamando a melhoria das condições financeiras, sem as quais estará em perigo a qualidade das prestações educativas e formativas.</p>	<p>50%</p>
<p>b. Adotar uma postura proactiva no que concerne à implementação das mudanças em curso, assentes nas aprendizagens essenciais, na gestão flexível do currículo e</p>	<p>50%</p>

na valorização da educação inclusiva.	
c. Contribuir para acabar com as discriminações no acesso ao ensino superior pelos alunos que completam o secundário através dos cursos profissionais.	60%
d. Acompanhar e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira relacionadas com o funcionamento e financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões.	70%
e. Acompanhar e apresentar propostas tendo em vista garantir a igualdade nas condições de acesso aos cursos profissionais e CEF aos jovens que vivem em regiões de baixa densidade e menor oferta apostando na melhoria das redes de transportes e nas condições de alojamento estudantil.	50%
f. Reiterar a necessidade de diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, permitindo às EP complementar a formação de nível 4 com formação especializada de nível 5, através da oferta de CET.	25%
g. Suscitar junto do Governo que sejam criadas condições de acesso de alunos estrangeiros aos cursos profissionais, em particular aos que não têm autorização de residência permanente, tendo em vista criar um quadro estável e coerente.	75%

2.3- OTIMIZAÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE

No que concerne à operacionalização da flexibilidade curricular e da escola inclusiva as escolas profissionais são geralmente consideradas um referencial no

panorama nacional e têm vindo a melhorar o seu desempenho, sendo certo que foram as que mais trabalharam estas vertentes desde a sua génese.

A entrada em vigor dos DL 54/2018, educação inclusiva, e 55/ 2018, currículo e avaliação das aprendizagens e legislação subsequente, permitiram otimizar o modelo pedagógico das escolas em geral e permitir às escolas profissionais aprofundar a flexibilidade curricular e conferir maior consistência, na perspetiva da escola mais inclusiva, imagem de marca desde a criação das primeiras 50 em 1989.

Este processo foi atravessado pelas condições específicas de resposta à crise pandémica nos anos de 2020 e 2021, em que em grande parte a escola funcionou da escola para fora, com aprendizagens a distância, através dos meios e instrumentos que em cada situação e em cada contexto foi possível mobilizar.

O ensaio de regresso à escola na sua plenitude no início do ano letivo 2021/2022, mesmo com ajustamentos pontuais caso a caso, permitiu vislumbrar novas perspetivas, reter as lições desta vivência de quase dois anos sob o signo da pandemia, o que se veio a refletir nas Jornadas Pedagógicas realizadas no final de 2021, constituindo como que uma espécie de catarse de tempos difíceis, complexos e desafiantes para as escolas e os corpos docente e discente.

Outra dimensão pela qual a ANESPO tem puxado com muita insistência, respeita à revitalização do Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ) e, conseqüentemente, criar condições para que responda de forma mais substantiva às necessidades e desafios da economia e da sociedade atuais.

Em 2022, a ANQEP conseguiu por de pé o processo que teve uma partida falsa em 2020, com um concurso internacional, dividido em 22 lotes setoriais, no sentido de fazer o diagnóstico e apostar numa abordagem integradas do CNQ. Ciente das suas responsabilidades, a ANESPO liderou um vasto consórcio com empresas, universidades e parceiros sociais que se candidatou a quase todos os lotes, contando com a colaboração de técnicos e quadros das escolas profissionais, acabando por ser selecionada para fazer o trabalho relativo a oito desses lotes.

No final de 2022, as equipas do consórcio QUALIFICAROFUTURO, dirigido pela ANESPO, apresentou os relatórios que fazem o diagnóstico dos diferentes setores, sendo expectável que o trabalho esteja concluído no final de 2023, abrindo espaço para um CNQ revigorado capaz de responder melhor aos desafios das qualificações do presente e do futuro.

Ainda em meados de 2022, conforme acima se refere, foi possível operacionalizar o processo conducente à apresentação das primeiras candidaturas aos Centros Tecnológicos Especializados (CTE), tendo sido apresentado um número significativo de escolas interessadas na primeira fase deste concurso.

No que se refere aos processos tendentes a aumentar os níveis de qualidade na gestão das escolas profissionais salienta-se a preocupação manifestada junto da ANQEP no sentido de considerar atempadamente o processo de renovação da certificação EQAVET, uma vez que a maior parte das escolas obtiveram o respetivo selo por 3 anos no decorrer de 2020.

Referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Afirmação da lógica da inovação pedagógica disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da potenciação das virtualidades da estrutura modular e macro modular; • Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em grupo; • Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador, • Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho. 	50%
<p>b. Alargamento a outras áreas de formação e generalização da experiência piloto em curso no que respeita à organização dos cursos profissionais com base em</p>	0%

resultados de aprendizagem.	
c. Adoção de uma postura de organização aprendente que tira partido das lições da experiência e as põe ao serviço da melhoria contínua dos projetos educativos e formativos.	80%
d. Envolvimento ativo na revisão do Catálogo Nacional de Qualificações, processo lançado pela ANQEP e que deverá ter significativos desenvolvimentos em 2022.	100%
e. Apoio às escolas com vista à consolidação e aprofundamento dos seus sistemas de qualidade, uma vez obtida a certificação EQAVET, que em muitos casos reforça e complementa a certificação antes obtida com base na norma ISO 9001.	50%

2.4 - CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS

Ao contrário do que se vaticinava no Plano de Atividades para 2022, a efetiva operacionalização do Portugal 2030 só se verificará em 2023, fruto da prioridade dada ao PRR, enquanto parte integrante do mecanismo de resposta aos desgastes provocados pela crise pandémica, enquanto instrumento de intervenção rápida e de curto prazo, com a execução, imperativamente, finda em 2025, ao invés dos fundos estruturais que poderão ser usados até ao final da década.

Foi um ano de transição prolongada que não impediu que no que respeita à atividade das escolas na implementação das políticas nacionais e o cumprimento dos indicadores de realização e de resultados no quadro das candidaturas apresentadas, resultou bem evidente o esforço empreendido pelas EP para não deixar nenhum aluno para trás e assegurar que completassem os seus cursos com o máximo cumprimento dos objetivos pedagógicos.

Este facto fez com que, no alinhamento de Portugal com os restantes países da União Europeia, se tivessem ultrapassado as metas fixadas no PT2020, especialmente se tivermos em conta que há três décadas o abandono escolar

precoce em Portugal era dos mais elevados na Europa situando-se acima dos 30% e, neste ínterim, foi possível reduzir para menos de 10%.

Na mesma linha de aproximação dos indicadores nacionais aos da União Europeia está a percentagem de alunos a frequentar o ensino superior que superou a meta dos 40% estabelecidos nos Programas acordados com a União Europeia. Os cursos profissionais deram um contributo significativo para o aumento do número de diplomados com cursos superiores, embora persistam ainda obstáculos a condicionar o acesso.

Lamenta-se naturalmente que não tivesse havido a mesma preocupação com a aproximação da percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar cursos profissionais cuja meta seria atingirmos a média da União Europeia que já ultrapassa os 50% no mesmo período temporal mas, infelizmente, ainda estamos longe desse objetivo.

a. Concorrer para que o incremento das qualificações seja uma realidade ao nível nacional e da União Europeia tendo em vista a promoção do emprego, a promoção da inclusão social e o combate ao abandono escolar precoce.	75%
b. Combater o abandono escolar precoce apelando à identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico tendo em vista orientá-los em função das duas vias constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).	50%
c. Criar estímulos e apoios específicos aos alunos mais desfavorecidos com vista a promover o sucesso educativo e formativo, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de mínimos sociais e a eventual necessidade de mediação social e educacional.	50%
d. Contribuir para o cumprimento das metas europeias relacionados com as políticas de educação, qualificação, emprego e a inclusão social apostando na integração de 50%	50%

dos alunos em percursos qualificantes.	
e. Contribuir para a operacionalização das iniciativas comunitárias relacionadas com estágios e intercâmbios, como o Programa ERASMUS+.	80%

2.5 - VIDA ASSOCIATIVA, ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E MELHORIA DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Em 2022 foi assegurado o funcionamento regular dos órgãos. Assim, a Direção manteve o ritmo regular de reuniões mensais, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes, realizaram-se 2 sessões das Assembleias Regionais de cada região do Continente, bem como das regiões autónomas.

Em 2022, a ANESPO reforçou a sua representatividade com a adesão de cinco novas entidades promotoras de cursos profissionais, alargando para 158 o número de associados ativos.

A participação regular na CNEF foi assegurada, tendo como referência particular a negociação e implementação do CCT, e estratégias de coordenação das intervenções das entidades privadas que operam na educação, bem como manteve a participação regular nas estruturas diretivas da CCP, (o Presidente da ANESPO foi eleito Vogal da Direção da CCP), beneficiando de informações relevantes e participando no debate sobre diferentes temáticas, nomeadamente as abordadas no Conselho Económico e Social e na CPCS onde a confederação tem assento.

A nível internacional, a ANESPO continua a assegurar a participação regular nas atividades desenvolvidas pelo EfVET e pela EFEE, neste último caso, através da participação via CNEF.

Foi ainda assegurado o contacto regular com as associadas, nomeadamente através do envio de 233 Notas Informativas contendo informação relevante e alertas para temáticas pertinentes e do interesse das associadas o que, na prática, corresponde, em média, a uma NI por cada dia útil do ano.

Ao longo de 2022, a ANESPO lançou 11 inquéritos junto das suas associadas visando ter informação credível e sustentada sobre diferentes problemáticas ou ajudar na tomada de decisão sobre dimensões relevantes da vida das escolas, em particular sobre a oferta formativa e as respostas à crise.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2022, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO para contribuïrem com oferta formativa adequada às exigências atuais e necessidades das associadas, tendo como referência levantamento de prioridades.	50%
b. Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.	80%
c. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.	70%
d. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, quer na sede quer na delegação do Norte.	50%
e. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação.	80%
f. Implementar o projeto “SIAC Empreendedorismo” aprovado pelo Programa COMPETE, tendo como objetivo promover o Empreendedorismo Jovem.	80%
g. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO enquanto associada do EFVET e da EFEE,	75%

nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.	
---	--

2.6 - PROJETOS E PARCERIAS

A ANESPO continuou a assegurar a participação regular nos projetos ERASMUS+ em que é ou foi, ou continua a ser, parceiro.

São projetos relacionados com problemáticas importantes para as escolas profissionais, nomeadamente a orientação vocacional e profissional, a ligação das escolas às empresas e a organização da formação em contexto de trabalho, a promoção da qualidade dos estágios e das mobilidades internacionais, a dimensão das Soft Skills como determinantes no mercado de trabalho, nos quais, na medida do possível e das necessidades foi assegurado o envolvimento de várias associadas.

Em concreto, a ANESPO continuou a assegurar a sua participação no projeto SAAM – Supporting Alliance for African Mobility, que é um consórcio composto por 27 organizações, de oito países da União Europeia e dezassete países africanos, cujas atividades, sobretudo de mobilidade Europa/África e África/Europa foram condicionadas pela pandemia, mas que, na medida do possível, se realizaram de forma presencial e/ou virtual. No regresso à normalidade, dentro do possível, foi possível acolher estágios de responsáveis de escolas do Mali, do Benim e de Angola, em escolas associadas da ANESPO, bem como acolher estágios de um mês de grupos de 6 alunos de Cabo Verde, na EP da Praia da Vitória e do Mali na EP do Baixo Mondego.

Recordamos que este é um projeto piloto que se prolonga até 2024 e que antecede uma nova linha do novo Erasmus+ focada no reforço da capacitação no domínio da educação e da formação profissional, cobrindo a Europa, África, América e outras latitudes.

Sublinha-se que a ANESPO participa ainda em mais dois projetos, aprovados no ano 2020, cujas atividades se prolongaram por 2022: TRANSVAL-EU – Validation

of Transversal Skills Across Europe e PRALINE - Promoting Adult Learning In Networks.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2022 referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Assegurar a divulgação junto das associadas do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.	75%
b. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa ou de programas comunitários.	50%
c. Dar continuidade aos projetos em curso, na perspetiva de que abrem horizontes para novos enquadramentos como as relações Europa/África e o diálogo social na educação no espaço europeu.	80%
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer na cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros.	50%

2.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2022, a atividade da ANESPO foi particularmente marcada pelo regresso à normalidade, condicionada, bem como à possibilidade do pleno funcionamento das escolas e de realização de atividades presenciais, com restrições progressivamente mais reduzidas. Destaque-se, a este respeito, a realização em novembro na Maia, do Congresso das Escolas Profissionais, adiado sucessivamente nos últimos 3 anos.

No decurso do ano, os velhos problemas com os quais as EP se confrontam relacionados, designadamente, com o subfinanciamento das atividades educativas e formativas decorrente do corte dos valores das tabelas e da não atualização das

mesmas pelo menos face à inflação, as dificuldades inerentes à constituição e funcionamento das turmas agravadas com os cortes em função das desistências e as limitações aos apoios aos alunos, designadamente, em matéria de encargos com transportes nas zonas com mais problemas de acessibilidades. Estas questões estiveram sempre na agenda, mas não foi possível registar progressos significativos.

Mas as escolas profissionais revelaram uma grande capacidade de resistência e de resposta às adversidades e o ano letivo 2022/2023 arrancou com idêntico número de turmas ao do ciclo iniciado em 2021. Por junto, as escolas profissionais e outras entidades privadas, asseguram hoje o regular funcionamento de mais de 2200 turmas em todo o território nacional, correspondendo a cerca de 45 000 alunos, apenas em cursos profissionais.

2022 foi o ano em que, finalmente, se passou à operacionalização da medida do PRR para criação de Centros Tecnológicos Especializados (CTE), e ainda que sem resultados no final do ano, quatro meses depois da conclusão das candidaturas da primeira fase do concurso, houve alguns progressos.

Os atrasos na operacionalização do Portugal 2030, chapéu que serve para enquadrar os fundos estruturais para o período 2021/2027, também teve mais uma vez efeitos nefastos no caso das escolas profissionais financiadas com o apoio do FSE, embora seja de evidenciar o esforço das autoridades de gestão no sentido de limitar os danos daí resultantes.

Passo significativo, importante na prática e na dimensão simbólica, foi a possibilidade de estabelecer um acordo contratual ao nível das condições de trabalho com a FENPROF, o que significa que há neste momento contratos coletivos de trabalho com as estruturas sindicais representativas das duas centrais sindicais, CGTP e UGT.

Em síntese, no decurso do ano de 2022 as escolas profissionais corresponderam, de forma positiva, aos grandes desafios com que foram postas à prova, revelando ser capazes de responder a desafios de tempos incertos e assegurar respostas em

condições de maior normalidade e de grande desafio para as qualificações e o mercado de trabalho.

A ANESPO e as escolas profissionais demonstraram ter uma grande capacidade de resiliência, uma postura positiva e proativa perante as circunstâncias adversas, embora não tenha sido possível progredir em algumas dimensões mais críticas que condicionam a nossa atividade e limitam a nossa operacionalidade.

O balanço no final de 2022 permite afirmar que a ANESPO e as escolas profissionais prosseguem na sua caminhada, superando obstáculos e dificuldades, mas longe de estarem resolvidos os principais aspetos que condicionam o desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente ao nível do modelo de financiamento.

No que concerne às Contas relativas ao ano de 2022, cujo relato consta do ponto seguinte, sublinha-se o bom desempenho das diversas rúbricas e a adoção das melhores práticas que, fruto das medidas de gestão tomadas no tempo próprio, tem vindo a culminar na apresentação de resultados positivos.

3 – CONTAS DE GERÊNCIA

3.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Relatório e Contas de 2022 retrata com precisão o quadro geral da atividade da ANESPO e permite perceber o estado atual das finanças da associação sendo de sublinhar que Direção da ANESPO tem vindo a adotar as medidas certas para acomodar eventuais riscos e, para isso, encontrou os mecanismos que permitiram passar de resultados negativos em 2016, para resultados positivos, até à presente data, não se vislumbrando, a manter-se a atual linha de atuação, quaisquer problemas futuros.

3.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	238 331,52	254 768,27
Investimentos financeiros	3.3	303,80	136,06
subtotal		238 635,32	254 904,33
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.2	42 480,98	4 598,99
Estado e outros entes públicos	10.1	0,00	5 096,80
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	10.2	94 059,92	76 927,94
Outros ativos correntes	10.2	274 833,79	414 649,36
Diferimentos		1 426,59	91,31
Caixa e depósitos bancários	5	386 518,61	372 653,10
subtotal		799 319,89	874 017,50
Total do ativo		1 037 955,21	1 128 921,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas		247 210,05	247 210,05
Resultados transitados		493 842,50	433 807,51
Ajustamento/Outras variações nos fundos patrimoniais		11 696,54	11 696,54
		752 749,09	692 714,10
Resultado líquido do período		11 813,98	60 034,99
Total do fundo de capital		764 563,07	752 749,09
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	3 008,88	1 038,40
Estado e outros entes públicos	10.1	44 603,37	3 925,81
Diferimentos	10.2	209 726,97	355 559,20
Outros passivos correntes	10.2	16 052,92	15 649,33
subtotal		273 392,14	376 172,74
Total do passivo		273 392,14	376 172,74
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 037 955,21	1 128 921,83

3.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	199 750,00	282 402,53
Subsídios, doações e legados à exploração	8	160 907,10	70 422,80
Fornecimentos e serviços externos	10.3	-198 769,52	-166 937,27
Gastos com o pessoal	9	-116 399,90	-105 569,94
Outros rendimentos	7	943,87	9 204,31
Outros gastos	10.5	-12 480,04	-7 872,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33 951,51	81 649,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-22 137,53	-21 614,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		11 813,98	60 034,99
Resultado antes de impostos		11 813,98	60 034,99
Resultado líquido do período		11 813,98	60 034,99

3.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		186 830,49	323 213,11
Pagamentos a fornecedores		-214 962,27	-187 849,66
Pagamentos ao pessoal		-115 996,31	-103 735,44
Caixa gerada pelas operações		-144 128,09	31 628,01
Outros recebimentos/pagamentos		163 862,12	12 226,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		19 734,03	43 854,80
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos referentes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5 700,78	-28 990,63
Investimentos financeiros		-167,74	-123,10
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			2 000,75
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-5 868,52	-27 112,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			-19 900,00
Juros e gastos similares			0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		0,00	-19 900,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		13 865,51	-3 158,18
Caixa e seus equivalentes no início do período		372 653,10	375 811,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	386 518,61	372 653,10

3.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2022

Valores em euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2022 (ESNL)	0,00	247 210,05	433 807,51	11 696,54	60 034,99	752 749,09
Resultado líquido do período de 2022			60 034,99		11 813,98	0,00
Outras variações					-60 034,99	-60 034,99
Posição em 31 de dezembro de 2022 (ESNL)	0,00	247 210,05	493 842,50	11 696,54	11 813,98	764 563,07

3.6 – ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade: ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, contribuinte nº.502 556 420

1.2 Sede: Av. 5 de Outubro, nº. 176 1º Esq – 1050-063 Lisboa

1.3 Natureza da atividade: A ANESPO é uma associação particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, representativa das entidades proprietárias de Escolas Profissionais e desenvolve a sua atividade desde 1991 no âmbito da promoção e dignificação do ensino tecnológico, artístico e profissional ministrado nas escolas profissionais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Sistema Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de julho e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011 de 9 de março e demais legislações complementares.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso nº.8259/2015 de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria nº.220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF)

Portaria nº.218, de 23 de julho – Código de Contas (CC)

DL nº. 98/2015, de 2 de junho

Portaria nº.105/2011, de 14 de março – MDF

Portaria nº.106/2011, de 14 de março – CC

Aviso nº.6726-B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL

Portaria nº.986/2009, de 7 de setembro

DL nº.158/2009, de julho - SNC

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

- No presente período não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.

- Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2021.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas a todos os anos, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico tendo por base a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) e os seguintes pressupostos:

- Continuidade (da atividade)
- Regime de acréscimo (gastos e ganhos reconhecidos no período económico)
- Consistência na preparação (manter as políticas contabilísticas)
- Materialidade e agregação (cada classe material de itens apresentada separadamente)
- Não compensação (de saldos ativos e passivos)
- Informação comparável (em relação ao ano anterior)

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o custo de compra, o iva, por não ser dedutível e quaisquer outros custos atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

O terreno encontra-se mensurado a 25% do valor de imóvel.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil para cada grupo de bens.

3.3 Investimentos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo individual de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato dos seus trabalhadores.

Este regime foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto e é de adesão obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebram contratos de trabalho ao abrigo do código do trabalho a partir do dia 1 de outubro de 2013, com exceção dos casos nela previstos.

Em 31 de dezembro a Associação tinha uma participação neste fundo de 303,80€.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As imobilizações são registadas ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas.

Na depreciação do edifício sede adquirido em 1999 e contabilizado por 334.934,21€ e de acordo com o Decreto Regulamentar que estabelece o regime das depreciações, 25% do valor do imóvel é atribuído ao valor do terreno que não é sujeito a deprecimento, no valor de 74.941,56€.

No entanto o seu VPT – Valor Patrimonial Tributário atual é de 173.240,00€

Atualização pela Autoridade Tributária comunicada no início de 2021, que estava avaliado em 145.774,30€.

As taxas de depreciação são que constam DR n.º.25/2009, 14 de setembro, atualizado pelo DR n.º.4/2015, de 22 de abril.

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Valor líquido no início do período</i>	<i>254.768,27€</i>	<i>14.366,06€</i>
<i>Aquisições</i>	<i>5.700,78€</i>	<i>2.016,79€</i>
<i>Depreciações do exercício</i>	<i>-22.137,53€</i>	<i>-21.614,58€</i>
<i>Valor líquido no final do período</i>	<i>238.331,52€</i>	<i>254.768,27€</i>

5. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2, utilizando o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Numerário</i>	<i>563,01€</i>	<i>104,81€</i>
<i>Depósitos bancários</i>	<i>385.955,60€</i>	<i>372.548,29€</i>
<i>Totais Caixa e seus equivalentes</i>	<i>386.518,61€</i>	<i>372.653,10€</i>

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Foi efetuado o cancelamento da conta corrente contratada com CGD no montante máximo utilizável de 80.000,00€. Por essa razão, a 31 de dezembro não constam quaisquer responsabilidades registadas na Central de Responsabilidade de Crédito do Banco de Portugal.

7. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes ganhos:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Prestações de serviços</i>	<i>199.750,00€</i>	<i>282.402,53€</i>
<i>Quotas associados</i>	<i>173.575,00€</i>	<i>170.700,00€</i>
<i>Congresso/Jornadas</i>	<i>9.375,00€</i>	<i>8.120,00€</i>
<i>Campanha/Pub 2021</i>	<i>--€</i>	<i>71.700,00€</i>
<i>EQAVET</i>	<i>--€</i>	<i>31.882,53€</i>
<i>Lotes CNQ</i>	<i>16.800,00€</i>	<i>----€</i>
<i>Outros rendimentos</i>	<i>943,87€</i>	<i>9.204,31€</i>
<i>Total</i>	<i>200.693,87€</i>	<i>291.606,84€</i>

8. SUBSÍDIOS DOS PROJETOS

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

<i>Subsídios à exploração</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
-------------------------------	-------------	-------------

<i>Projeto SIAC</i>	103.083,08€	39.400,26€
<i>Projeto SAAM</i>	42.749,15€	12.126,77€
<i>Projeto QUALITY+</i>	5.074,87€	
<i>Projeto TRANSALV-EU</i>	10.000,00€	---€
<i>Projeto UMJ</i>	--€	3.393,57€
<i>Projeto PRALINE</i>	--€	9.475,20€
<i>Projeto ARION</i>	--€	6.027,00€
Total	160.907,10€	70.422,80€

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O direito às férias e subsídios de férias dos trabalhadores vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por conta de outras contas a pagar.

O número médio de trabalhadores durante o ano de 2022 foi de 5 pessoas (4 pessoas em 2021), correspondentes a 1 Diretor Executivo, 1 contabilista certificada e 3 administrativas, uma das quais com contrato a termo, especificamente afeta ao projeto SIAC.

Os gastos incorridos com os trabalhadores foram os seguintes:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Remunerações do pessoal</i>	97.940,90€	89.286,56€
<i>Encargos sobre remunerações</i>	17.313,94€	14.940,06€
<i>Seguros acidentes de trabalho</i>	788,21€	788,21€
<i>Outros gastos com o pessoal</i>	356,85€	555,11€
Total	116.399,90€	105.569,94€

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A ANESPO à data de encerramento das contas do período de 2022 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como à Administração Tributária.

Valores a pagar no ano seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>IRS dependente</i>	2.053,00€	983,00€
<i>IRS independente</i>	597,50€	1.625,00€
<i>IVA pagar/ recuperar</i>	40.594,65€	-5.096,80€
<i>Segurança Social</i>	1.336,48€	1.303,30€
<i>FCT</i>	21,74€	14,51€
<i>SALDO</i>	44.603,37€	1.170,99€

10.2 – CONTAS A RECEBER E A PAGAR

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Clientes</i>	42.480,98€	4.598,99€
<i>Associados (quotas)</i>	94.059,92€	76.927,94€
<i>Outras contas a receber/projetos</i>	274.833,79€	414.649,36€
<i>Fornecedores</i>	-3.008,88€	1.038,40€
<i>Outras contas a pagar</i>	-16.052,92€	-15.649,33€
<i>SALDO</i>	392.312,89€	479.488,56€

Em OUTRAS CONTAS A RECEBER está contemplado um Depósito Caução CGD a favor da Agência Nacional p/a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP) no valor de 22.841,81€.

Rendimentos a reconhecer dos projetos:

*SIAC159.443,89€

*SAAM 50.283,08€

Total 209.726,97€

10.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em dezembro de 2022 e 2021. Foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Trabalhos especializados</i>	92.751,13€	97.285,30€
<i>Publicidade e propaganda</i>	4.483,35€	--€
<i>Vigilância e segurança</i>	916,90€	1.007,92€
<i>Honorários</i>	11.073,00€	14.095,80€
<i>Conservação e reparação</i>	543,66€	5.524,84€
<i>Serviços bancários</i>	3.110,54€	2.310,93€
<i>Materiais</i>	152,37€	1.955,59€
<i>Energia e fluidos</i>	6.692,77€	4.556,69€
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	66.484,25€	31.181,72€
<i>Rendas e alugueres</i>	4.226,60€	1.524,96€
<i>Comunicações</i>	3.871,79€	3.546,88€
<i>Seguros</i>	2.287,60€	2.966,41€
<i>Outros serviços</i>	2.175,56€	980,23€
<i>Total</i>	198.769,52€	166.937,27€

10.4 PERDAS POR IMPARIDADES

Existem perdas por imparidades acumuladas que correspondem a quotas de associados que, a 31 de dezembro de 2022 têm o valor de 47.366,10€ (56.103,14€ em 31 de dezembro de 2021). A redução do valor (8.737,04€) refere-se ao desreconhecimento dos créditos, uma vez que não existe qualquer expectativa de

cobrança dos mesmos. Escolas que já não são associadas, a saber: Profival - Ensino e Formação Profissional, Lda.; Associação Empresarial de Fafe e Cabeceiras e Celorico de Basto e EProchas – Ass. p/escola Profissional das Rochas (cessou atividade) e foi registada por contrapartida de 26 – Associados.

10.5 OUTROS GASTOS

<i>Descrição</i>	<i>2022</i>	<i>2021</i>
<i>Impostos</i>	<i>1.440,64€</i>	<i>1.679,60€</i>
<i>Correções períodos anteriores</i>	<i>5.305,00€</i>	<i>448,55€</i>
<i>Quotizações</i>	<i>5.556,00€</i>	<i>5.556,00€</i>
<i>Outros</i>	<i>178,40€</i>	<i>188,71€</i>
<i>Total</i>	<i>12.480,04€</i>	<i>7.872,86€</i>

Quotizações:

CCP – 1.356,00€

CNEF – 3.000,00€

EFVET – 1.200,00€

10.6 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data no balanço, não temos conhecimento de que tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

A Contabilista Certificada n.º. 5405

Cândida Fernandes

Presidente da Direção

